

**ANTIRRACISMO TRANSNACIONAL: MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO
CONTEMPORÂNEO E A LUTA ANTIAPARTHEID (1970-1995)¹****TRANSNATIONAL ANTI-RACISM: CONTEMPORARY BRAZILIAN BLACK
MOVEMENT AND THE ANTIAPARTHEID FIGHT**

Resumo: Este artigo apresenta e analisa indícios das estratégias da luta antirracista brasileira protagonizada pelo Movimento Negro renovado na década de 1970 em diálogo com a luta *antiapartheid* empregada por sul africanos contra o regime segregacionista implantado em 1948. O objetivo é identificar e reconhecer o movimento negro brasileiro partícipe do movimento antirracista na diáspora, onde experiências africanas e de seus descendentes nas Américas e na Europa, estão interconectadas e se influenciam mutuamente através da circulação de ideias que transcendem fronteiras nacionais.

Palavras-chave: Movimento Negro; *Antiapartheid*; Transnacionalismo; Diáspora Africana; Antirracismo.

Abstract: This article presents and analyzes evidence of the strategies of the Brazilian anti-racist struggle led by the Black Movement renewed in the 1970s in dialogue with the anti-apartheid struggle employed by South Africans against the segregationist regime implemented in 1948. The objective is to identify and recognize the Brazilian black movement participating in the anti-racist movement in the diaspora, where African experiences and their descendants in the Americas and Europe, are interconnected and influence each other through the circulation of ideas that transcend national boundaries.

Keywords: Black Movement; *Antiapartheid*; Transnationalism; African Diaspora; Anti-racism.

DOI: <https://doi.org/10.4013/rlah.2021.1025.06>

Ana Júlia Pacheco
Doutoranda em História
pela Universidade
Federal do Rio Grande
do Sul (UFRGS)
anajulia.hp@gmail.com

¹ O artigo é fruto de estudos iniciais de uma pesquisa de doutorado na área de História.

Introdução

O reconhecimento do racismo como um aspecto estruturante da sociedade brasileira pelo governo brasileiro há quase três décadas, foi sem dúvida, a conquista mais notável e significativa do Movimento Negro contemporâneo. É consenso entre militantes, historiadores e sociólogos que esse movimento social e político, produziu diferentes estratégias em contexto de transformação do discurso antirracista em meados dos anos 1970, viabilizando resultados consideráveis nos anos seguintes.

Em resposta às demandas colocadas na *Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida*, organizada por organizações e entidades do Movimento Negro que reuniu cerca de 30 mil pessoas em Brasília, o presidente Fernando Henrique Cardoso, instituiu oficialmente o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) pelo decreto de 20 de novembro de 1995, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra, a partir da elaboração de ações integradas de combate à discriminação racial, visando a consolidação da cidadania.

Esse marco, inaugura, de um lado, mudanças nos discursos oficiais brasileiros e nos documentos normativos sobre a questão racial, simbolizando o início de um árduo diálogo entre o Movimento Negro e o Estado brasileiro. E de outro, conecta o antirracismo político com a sociedade civil, tornando o Movimento Negro contemporâneo um ator estratégico no cenário nacional, marcado por um potencial contestatório inscrito em sua trajetória, capaz de produzir mudanças sociais e políticas.

A transformação do debate para a vida prática, se dará, conforme a História recente do país vem demonstrando, com o engendramento de políticas públicas e aprovação instrumentos legais específicos voltados para a superação das desigualdades que atinge as populações afro-brasileiras do país. Tem-se como exemplo a implantação das Ações Afirmativas em diversas instituições e universidades públicas, prescrita mais a frente com a Lei n.º 12.711 sancionada em 2012 conhecida como a Lei de Cotas; A criação da Secretaria da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003; a Lei n.º 10.639/03 de ensino de História e Cultura Afro-brasileira, de 2003; e o Estatuto da Igualdade Racial, promulgado em 2010 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A confluência do processo de implementação de tais leis e políticas estiveram associadas à conjuntura internacional. A participação do Movimento Negro na *III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada em Durban, África do Sul, no ano de 2001, promovida pela Organização das Nações

Unidas (ONU), foi um fato marcante que o alocará decididamente o Movimento Negro num imperativo transnacional dos anos 2000. Participando como signatário do Plano de Ação de Durban, é nesse momento que o Estado brasileiro reconhece internacionalmente a presença do racismo no país, comprometendo-se a formular soluções concisas para findar as mazelas sofridas pelas populações negras.

O emprego definitivo da questão racial na agenda nacional brasileira no século XXI é fruto das lutas, embates e processos políticos travados pelo Movimento Negro contemporâneo reorganizado em meados dos anos 1970. Sua trajetória, circunscrita em atos, discursos, estratégias, tomadas e escolhas tencionando essencialismos na arena política e social do país, apontam transformações teóricas, discursivas e organizacionais em que o movimento, cujos intelectuais e militantes não o construíram isoladamente. Ainda que se apresentem nacionais ou regionais, os movimentos antirracistas também se desenrolam por fluxos internacionais a partir da circulação de referenciais, conceitos e ideias.

O Movimento Negro contemporâneo, esteve em consonância e em diálogo com o antirracismo produzido no espaço transnacional do chamado “Atlântico Negro”. Há cinco séculos, a desumanização através do tráfico, escravidão e o processo de racialização dos africanos e seus descendentes em diáspora, permitiu populações dispersas a conversar, interagir e mais recentemente até sincronizar significativos elementos de suas vidas culturais.

Paul Gilroy em *O Atlântico Negro Modernidade e dupla consciência* trouxe elementos relevantes para uma nova percepção da luta antirracista, sob a perspectiva de que ela se desenrolará menos sob fronteiras do estado nação pertencente, em que ideias e estratégias anti-hegemônicas serão formuladas e circularão num circuito transatlântico que abrange a América, a Europa e a África. O esforço acadêmico e político aglomerado na obra de Gilroy transmite um desafio aos pesquisadores das temáticas africanas no Brasil: a de pensarem e alocarem os movimentos negros no campo da política antirracista transnacional e não como entidades restritas aos seus locais nacionais “senão combinar e unificar, as experiências modernas das comunidades e interesses negros em várias partes do mundo” (2012, p. 11).

Há fortemente um potencial político no conceito do Atlântico Negro na compreensão de que o processo de modernização, e mais tarde, o de globalização, promoveram novos espaços de intercâmbio de ideias, aspecto esse, fundamental para a compreensão das transformações das ações e modos de luta, realizadas pelo Movimento Negro contemporâneo. Por meio dessa circulação de informações, referenciais, conceitos e sentidos de cunho antirracista, intelectuais,

artistas, militantes e ativistas produziram e moveram-se no sentido de reverter o quadro de desigualdade vivenciado cotidianamente pelas populações negras no Brasil.

É com essa concepção, que diversos pesquisadores têm trabalhado analisando profusas evidências que movimentos de populações de origem africana, têm produzido diferentes mecanismos culturais e políticos no combate aos legados da violência e discriminação racial, formando um vasto conjunto de referenciais antirracistas conduzidos, compartilhados e trocados na trajetória da diáspora.

Em suma, situando o movimento negro no contexto dos movimentos negros nacionalistas e em prol dos direitos civis no plano global, os debates sobre consciência negra no Brasil podem ser visto como parte de uma história, uma teoria e uma política mais amplas a respeito dos significados da identidade e do poder “negros” no século XX, não somente no Brasil mas também no continente africano. (HANCHARD, 2001, p. 9)

O objetivo deste artigo configura-se em identificar as significações teóricas e intelectuais estratégicas diversas, imersas num contexto transnacional de ação, evidenciando como as transformações do antirracismo nacional estão imbricadas a contextos políticos que transcendem fronteiras. O texto caminha também no sentido de perceber as possibilidades e ambivalências entre o nacional/transnacional nos estudos históricos, adotando olhares numa perspectiva da história transnacional² que conecta o amplo processo de modernização a redes relacionais mais específicas, permitindo “tratar de relações de poder que fluem para além das fronteiras da nação e que ocorrem na escala das relações institucionais e interpessoais voltadas para a produção de modernidades como as que se desdobraram em algumas regiões brasileiras” (LOWANDE, 2018, p. 242).

Pautando-me em marcos e análises contidas na bibliográfica referente à temática, estudo num primeiro momento, a trajetória do Movimento Negro moderno a partir 1970 apontando

² Ao apresentar uma revisão bibliográfica a respeito da história transnacional, apontando sua pertinência para a superação de uma perspectiva historiográfica nacionalista, Walter Francisco Figueiredo Lowande (2018, p. 242) salienta que este tipo de narrativa poderá lançar luz em formas específicas de produção e reprodução do mundo moderno que não são uma simples consequência da ‘civilização Ocidental’ nascida em países como França e Inglaterra; entender melhor o processo de produção de sujeitos e objetos da modernização partir de redes transnacionais, e cuja circulação e produção não podem ser considerados simplesmente unidirecionais; e refletir acerca dessas metanarrativas unilaterais, etnocêntricas e centradas nos Estados nacionais que, ainda hoje, circulam entre os pesquisadores. Num outro estudo, Sandra Kuntz Ficker (2014, p.5) ao distinguir os diferentes ramos do gênero historiográfico que envolvem os estudos sobre a globalização, temas transnacionais e história global, a pesquisadora categoriza o transnacionalismo como uma modo de estudo que coloca as questões de investigação em uma perspectiva supranacional, onde redes, processos, crenças e instituições transcendem esses espaços politicamente definidos, com uma preocupação fundamental relacionada a movimentos, fluxos e circulação “En cambio, los estudios sobre las migraciones, los flujos comerciales, la transferencia de tecnología, en la medida en que implican movimiento del objeto de estudio a través de las fronteras, cabrían en esta definición”.

aspectos históricos a partir de uma perspectiva transnacional. Na segunda parte, discuto como a luta antirracista sul africana contra o *apartheid* teve um papel fundamental na reorganização sob o ideal de unificação do Movimento Negro brasileiro.

Movimento Negro brasileiro: diáspora e o antirracismo transnacional

Emerge em meados da década de 1970, em contexto da *abertura democrática* no governo sob regime militar, diferentes instituições, organizações, entidades e movimentos sociais de cunho antirracista. A luta contra a opressão racial, sentida e vivida cotidianamente sob diversos modos de preconceito, discriminação e exploração, se configurou em forma de protesto, denúncia e reivindicação, unindo entidades, intelectuais, ativistas, artistas e militantes em várias regiões do país que passaram a formular novas estratégias e perspectivas organizacionais, sob novos discursos, reconfiguração de ideias e temas profundamente caros a situação de vida dos afros³ em combate a violência e em prol da sua emancipação na sociedade brasileira.

Na farta bibliografia que envolvem pesquisas sobre o Movimento Negro reorganizado das décadas de 1970 e 1980⁴, fica evidente que a bandeira comum levantada por estas organizações que tencionavam a sociedade civil e o governo brasileiro era a da constatação da evidência do racismo como fator gerador das desigualdades econômicas, materiais, simbólicas e sociais existentes entre as populações de origem africana e brancas do país. O mito da democracia racial era o principal alvo de ataque presente nas produções intelectuais (discursos, periódicos, jornais, panfletos) dos protagonistas do movimento.

Defesa ideológica do governo desde meados dos anos 1930, o discurso da suposta harmonia racial entre os brasileiros, sob a compra da ideia de um país miscigenado, negava a presença do racismo desencadeando desvantagens às populações não brancas, servindo-se de

³ Utilizo por vezes, a terminologia “afros” como significante de origem africana, afrodescendentes e populações afrodescendentes.

⁴ Ver estas bibliografias e demais apontadas e utilizadas no segundo momento do artigo: PEREIRA, Amauri Mendes. **Para além do racismo e do antirracismo**: A produção de uma Cultura de Consciência Negra na sociedade brasileira, Editora Casa Aberta, Itajaí, 2012; RIOS, Flavia Mateus. **Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2008; ROSA, Alexandre Reis. **Do Encontro das Águas ao Atlântico Negro**: organização, difusão de frames e os limites do ativismo transnacional no movimento negro brasileiro, **Tese (doutorado)** - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2011; PEREIRA, Amilcar Araujo. **“O Mundo Negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995), Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2010; CUSTÓDIO, Lourival Aguiar Teixeira. **Um estudo de classe e identidade no Brasil**: Movimento Negro Unificado (MNU) – 1978-1990. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

uma linguagem de status e de classe para explicar os problemas nacionais. Tal como qualquer mito, ele é formulado e transmitido no sentido de moldar imaginários, influenciar ações, conferir significados a vida e dar sentido a história de um grupo, nesse caso, a nação. Num sistema político concebido por princípios universalistas genéricos, que desconsideravam pertencimentos sociais específicos, o mito da democracia racial “era um pacto de poder restringido pelo fato de não haver espaço para o reconhecimento de formações étnico raciais que pretendessem participar do sistema político” (Guimarães, 2006, p. 270)

Para além do desmantelamento do discurso democracia racial brasileira; fazia parte do rol de reivindicações de instituições partícipes do Movimento Negro reorganizado contemporâneo: o reconhecimento oficial do racismo enquanto crime e a reparação da dívida histórica dos mais de 300 anos de escravidão a partir da igualdade de oportunidades e inclusão social; a organização política das populações negras com a intenção de unificá-la e torná-la um movimento de massas; formação de alianças na luta contra a exploração dos trabalhadores e enfrentamento à violência policial; participação e organização em sindicatos e partidos políticos; formação de lideranças em prol da emancipação dos afro-brasileiros; luta pela revisão e introdução dos conteúdos relacionados à História da África e dos africanos e seus descendentes no Brasil nos currículos escolares; externar solidariedade e apoio a partir de uma rede de relações internacionais para a luta contra o racismo.

Embora formem um conjunto de reivindicações gerais e comuns às causas das populações negras, é necessário salientar o caráter heterogêneo do Movimento Negro, composto por diferentes entidades, coletivos, instituições, com múltiplas ideias, personagens e contestações que emergiram em diferentes regiões do Brasil.

O movimento antirracista organizado em terreno brasileiro não foi construído isoladamente. Ele se soma à dinâmica dos povos africanos e de seus descendentes em contexto de diáspora, sob nações que historicamente submeteu-os aos processos da escravidão e do racismo, onde, frente a essas conjunturas, elaboraram e ressignificaram pensamentos, experiências, perspectivas, e estratégias peculiares, semelhantes e dialógicas para alcançar sua humanidade, dignidade e cidadania.

Ao encararmos o Atlântico Negro proposto por Paul Gilroy como um circuito comunicativo, em sociedades similarmente construídas, as reivindicações contra o racismo manifestadas pelos grupos fenotipicamente semelhantes ao longo do séc. XX possuem dimensões e solidariedade translocais. Nesse sentido, há uma propensão não nacional na luta antirracista.

Em contrapartida, o conceito de diáspora como perspectiva analítica da ideia de culturas e identidades de origem africana, nos possibilita ver para além da raça, onde as formas geopolíticas e geoculturais de vida são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que os afros não só incorporaram, mas também modificaram, ressignificaram, e por conseguinte, transcenderam fronteiras regionais linguísticas e culturais. Como apontou Stuart Hall (2003, p. 39) “[...] as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos”, portanto, é fundamental olharmos as dinâmicas da diáspora africana como uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para a nação.

A ideia de diáspora, portanto, nos encoraja a atuar rigorosamente de forma a não privilegiar o Estado-nação moderno e sua ordem institucional em detrimento dos padrões subnacionais e supranacionais, onde formas de ação política emergiram e criaram novas possibilidades das quais esses sujeitos reconheceram. “A rede que a análise da diáspora nos ajuda a fazer pode estabelecer novas compreensões sobre o self, a semelhança e a solidariedade”. (Gilroy, 2013 pg. 20)

A discussão contemporânea sobre o conceito de diáspora circulou primeiramente como parte de um argumento que propunha a reconfiguração da relação entre África e as populações descendentes de africanos no hemisfério ocidental. Segundo Michael G. Hanchard os ativistas do Movimento Negro ao desenvolverem uma consciência racial, colocaram a África e sua diáspora como a base crucial para a identificação racial em escala nacional, internacional e transnacional “o que possibilita a utilização de formas de protesto e comunhão exercidas pelas populações “negras” de outros lugares, no Velho e Novo Mundo” (2001, p.41).

Num texto analítico, crítico e resiliente publicado em 1983, Joel Rufino do Santos, professor, intelectual e militante antirracista, tece possíveis explicações que permitiu entidades e ações do Movimento Negro dos anos 1970 darem um salto do ponto de vista político e combativo. Compreendendo que esse movimento é integrado por lideranças e intelectuais com diferentes graus de inquietação e variado instrumental de análise, ele afirma que “sua produção de ideias se desenvolve no contexto intelectual e ideológico da sociedade global e ao compasso das demandas sociais e étnico-raciais prementes” (Santos, 1985, p. 299)

Ao traçar um panorama internacional, o escritor aponta a mensagem política trazida pelos movimentos norte-americanos como o *black is beautiful*, o *black soul* e os *black muslims* em torno das questões de identidade, bem como a vitalidade no campo intelectual, discursivo e de estratégia com as independências africanas e as referências de Amílcar Cabral, Agostinho

Neto, Samora Machel, Kwame Nkrumah, Steve Biko, Patrice Lumumba, Nelson Mandela dentre outros. Segundo o autor, “As campanhas *antiapartheid* e pela libertação da Namíbia teriam desempenhado, igualmente seu papel” (p. 290). Do mesmo modo, reflexões teóricas da crise mundial propostas por L. Senghor, Frantz Fanon, Nkrumah, bem como sobre a diáspora negra, produzidas segundo ele, sobretudo em congressos e simpósios internacionais, despertaram o Movimento Negro brasileiro para as suas dimensões supranacionais.

É a luz das memórias históricas forjadas em conformidade com suas conjunturas locais somada às tramas do antirracismo embaladas pelas diásporas do Atlântico Negro que o Movimento Negro contemporâneo se reorganiza politicamente nos anos 1970. O movimento da negritude francófona e o pan-africanismo reverberarão fortemente no pensamento social brasileiro e nos ideais formulados que permitirão constituir mecanismos de fortalecimento de luta e articular o processo de resignificação identitária entre os militantes e as populações de origem africana no país.

De caráter absolutamente transnacional, o pan-africanismo nasce da luta de ativistas africanos na África e na diáspora americana, especificamente nos Estados Unidos e nas Antilhas Britânicas entre fins do século XVIII e início do século XX. Não baseado, segundo Elisa Larkin Nascimento, em critérios superficiais da cor, mas na comunidade de fatos históricos, identidade de destino em face do capitalismo, imperialismo e do colonialismo “Reivindica o Pan-africanismo a unificação do continente africano, e a aliança concreta e progressista com diáspora unida” (1981, p. 73). Ele foi construído sob uma heterogeneidade de intelectuais com perfil social e político variado e de diferentes vertentes teóricas esboçadas. Após a Segunda Guerra Mundial, incorporando os ideais de libertação, autoafirmação e integração, o pan-africanismo se tornará uma ideologia política alinhada à luta contra o neocolonialismo e pela independência dos países africanos e autodeterminação de seus povos, tornando-se um dos movimentos mais relevantes do pensamento africano moderno.

Acompanhando e participando dos congressos pan-africanistas pelo mundo por conta do autoexílio, Abdias do Nascimento, reconhecido atualmente por sua trajetória na luta contra o racismo e em defesa da cidadania dos afro-brasileiros, foi o mais importante precursor das ideias do Pan-africanismo no Brasil. A obra *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista* expôs uma teoria social antirracista, e demonstrou ao mesmo tempo, que o ativista estava atento e articulado com as lutas dos povos diáspóricos pelo mundo e imerso num intercâmbio de ideias, teorias e estratégias antirracistas transnacionais.

Filha do pan-africanismo, o movimento da negritude propunha inicialmente derruir a política de assimilação aos padrões de comportamento e valores relacionados a cultura europeia para conscientizar, assumir e valorizar uma identidade, história e cultura específica, a africana. *Négritude* aparece pela primeira vez em *Cahier d'un retour au pays natal* (1939) obra criada pelo poeta martinicano Aimé Césaire e representará mais tarde uma revolução na linguagem e na literatura. Ao pesquisar em que momento o termo chegou ao Brasil percebendo as ideias e sentimentos que aqui desabrocharam, Ligia Fonseca Ferreira (2006) apontou que a *négritude* antilhana foi interpretada e incorporada por intelectuais brasileiros nos anos 1950, no sentido de construir uma afirmação e valorização de uma identidade que seria ao mesmo tempo, negra e brasileira.

O conceito e seus diversos usos e sentidos, toma proporções nos meios intelectuais entre os anos de 1960 e 1975 a partir da publicação de alguns textos notórios como a tradução de *Orfeu Negro* (1960) de Jean-Paul Sartre; *Novo conceito da negritude* (1962) de Roger Bastide; *Negritude* (1966) de Henrique L. Alves; *Gestas líricas da negritude* (1967) do poeta Eduardo de Oliveira; Sérgio Milliet e a poesia negra (1968), de João A. das Neves; e *O carro do êxito* (1972) contos de Oswaldo de Camargo. “A projeção da negritude em direções divergentes deixaria trincado, dos dois lados do Atlântico, um movimento e uma ideologia que se pretendiam universais” (Ferreira, 2006, p. 172). A palavra passará a ecoar e propagar-se fortemente entre escritores, cantores, poetas, estudiosos e intelectuais antirracistas do país nos anos 1980, obtendo nesse contexto, um caráter globalizante.

Esse termo, segundo Kabengele Munanga (2016, pg. 121) “transcende as particularidades étnicas e nacionais” e irá ultrapassar as fronteiras do mundo francófono, construindo uma noção potente de caráter político, ideológico e cultural que servirá de ponte entre os povos da diáspora africana. Para Domingues apesar de padecer uma série de contradições, o movimento da negritude cumpriu um papel inovador no Brasil, rompendo com os valores da cultura eurocêntrica,

Com o tempo, o conceito de negritude popularizou-se no país, ampliando seu raio de inserção social e adquirindo novos significados. A partir do final da década de 1970, por exemplo, negritude tornou-se sinônimo do processo mais amplo de tomada de consciência racial do negro brasileiro. Assim, no **terreno cultural**, a negritude se expressava pela valorização dos símbolos culturais de origem negra, destacando-se o samba, a capoeira, os grupos de afoxé. No **plano religioso**, negritude significava assumir as religiões de matriz africana, sobretudo o candomblé. Na **esfera política**, negritude se definia pelo

engajamento na luta anti-racista, organizada pelas centenas de entidades do movimento negro. (Domingues, 2005, p. 206-207 – grifo nosso)

Nos anos 1970, contudo, assistimos as lutas antirracistas unificando-se sob a afirmação de uma identidade “negra”, definida pelo compartilhando da diferença racial em relação a sociedade branca. Logo, a atuação do Movimento Negro brasileiro engendrou um deslocamento discursivo da identidade nacional em prol de uma identidade étnica, no bojo de contextos transnacionais de trânsito de ideias, informações e pessoas (Trapp, 2012, p.239). Vale lembrar, segundo Hall (2003, p.21-82), que, cada vez mais, os indivíduos recorrem a vínculos e estruturas nas quais se inscrevem para dar sentido ao mundo, sem serem rigorosamente atados a eles em cada detalhe de sua existência, onde fazem parte da uma relação dialógica mais ampla com o “outro”.

Esses novos modos de identificação cultural e organização política são frutos das conjunturas vividas em espaço nacional em dialogo com as dinâmicas da diáspora africana constituída por intercâmbios discursivos, linguísticos, conceituais e simbólicos no Atlântico Negro, formando e fomentando uma rede internacional antirracista em combate aos legados da escravidão, do imperialismo, do colonialismo e do racismo.

Estratégias do Movimento Negro brasileiro: a luta *antiapartheid* em conexão

As experiências de África e africanas na Europa Ocidental e nas américas estão interconectadas e se influenciam mutuamente pelo Atlântico. A nova cultura antirracista do Movimento Negro contemporâneo no Brasil, onde renasceram atuais práticas discursivas, organizacionais, estratégicas e de intervenção, foi embalada pelos movimentos da diáspora nas Américas e das experiências de lutas de libertação africanas. A luta empreendida contra o *apartheid* na África do Sul cumpriu um papel fundamental ao acrescentar elementos de mobilização ao novo perfil do movimento dos anos 1970.

Alguns trabalhos que se dedicaram, em sua maioria, ao estudo da constituição do Movimento Negro em sua acepção moderna, indicam vestígios importantes do lugar da luta *antiapartheid* entre os referenciais que circulavam entre os ativistas. De modo geral, o Movimento da Consciência Negra de Steve Biko, ativista *antiapartheid* da África do Sul nas décadas de 1960 e 1970 reverberava nas ideias e discursos dos militantes. É desta mesma época por exemplo, que setores do antirracismo adotaram o hino do Congresso Nacional Africano

(ANC) como hino do Movimento Negro. "Nkosi Sikelel' iAfrika" foi interpretada em zulu por Djavan no álbum *Meu Lado* em 1986 acompanhado de um grupo vocal de sul africanos.

Na dissertação de mestrado de Ivair Augusto Alves dos Santos (2001) intitulada *O Movimento Negro e o Estado (1983-987): O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo* o autor discorre sobre a experiência de institucionalização do Movimento Negro e de formulações de políticas públicas focalizadas na população negra no Estado de São Paulo. Um dos temas que sempre fora consensual entre os ativistas e os partidos políticos, conseguindo mobilizar praticamente toda a militância, era a luta contra o *apartheid* na África do Sul.

No caso do Conselho da Comunidade Negra de São Paulo, aponta ele, sua composição abrigava pessoas que tinham uma aproximação muito estreita com o que se passava na África Austral e passou a liderar as manifestações de protesto no Estado de São Paulo. Um episódio de protesto contra o *apartheid* em agosto de 1985 marca um dos momentos de mobilização e articulação do conselho junto às entidades do Movimento Negro e a sociedade, envolvendo o governo de um Estado num conflito internacional.

Lideravam o protesto militantes e representantes de partidos políticos, convocados pelo Conselho da Comunidade Negra, que entregou um documento ao Governador André Franco Montoro, exigindo o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a África do Sul, e solicitando uma audiência com o Presidente José Sarney, para que fosse dado um apoio efetivo ao povo sul africano “Há uma nítida vinculação entre a luta pela democracia no País e a libertação do negro na África do Sul” (Santos, 2001, p.150).

Compreendendo o Movimento Social Negro contemporâneo como uma continuidade das lutas travadas pela população negra no passado *O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998* dissertação de Marcus Antônio Cardoso (2001) buscou analisar as ações culturais e políticas realizadas na cidade de Belo Horizonte e articuladas no plano nacional.

Cardoso ressalta, que o cotidiano da população negra é determinado pela estrutura do racismo na sociedade brasileira, assim, ao emergir na cena nacional a partir da especificidade da luta política que marcou os anos 70, o Movimento Negro teve que buscar na história, a chave para compreender a realidade da população brasileira. Para ele, a “matriz discursiva do Movimento Negro está fundada na herança histórico-cultural negro-africana (ancestralidade)” (Cardoso, 2001, p.12).

Analisando a criação e o desenvolvimento do Movimento Negro Unificado – MNU – em 1978, o autor expõe que além do trabalho de elaboração teórica e a formação política dos

militantes, foram realizadas reuniões, debates, palestras, seminários temáticos, encontros regionais, congressos nacionais, edição de jornais, boletins, notas e panfletos. Também atos públicos contra o racismo e pelo dia nacional da consciência negra, bem como campanhas contra a violência policial e campanhas de solidariedade internacional pelo fim do *Apartheid* na África do Sul (2001, p.47).

Salientando que a questão das relações e da solidariedade internacional foi um aspecto político importante na trajetória do movimento antirracista brasileiro, Cardoso afirma que de todas as suas lutas, “a que mais mobilizou a militância, foi a luta internacional contra o *Apartheid*” (p.178), citando a criação do Comitê de Solidariedade à luta do povo negro sul-africano em Belo Horizonte, que contou a participação das diversas entidades do Movimento Negro.

Este comitê organizou debates, seminários, atos públicos e abaixo-assinados que foram encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores, onde o movimento reivindicava o corte das relações diplomáticas com a África do Sul, o reconhecimento político do Congresso Nacional Africano - CNA como legítimo representante do povo sul africano e a libertação de Nelson Mandela.

Inserida também no debate das produções realizadas no âmbito do Movimento Negro, a tese de Amauri Mendes Pereira (2013), *Para além do racismo e do antirracismo: a produção de uma cultura de consciência negra na sociedade brasileira* buscou compreender o legado da luta antirracista na sociedade brasileira. O autor parte do princípio de que o Movimento Negro se constitui numa legítima forma de expressão, embora não exclusiva, das insatisfações frente às desigualdades materiais e simbólicas, geradas pelo preconceito e pela discriminação racial.

O pesquisador aponta, que a dinâmica de uma luta social não se restringe à iniciação e ações políticas, ou vista como um sentido exclusivo de política, como disputa direta de poder, pois segundo ele “Não há movimento social que não conte com algum respaldo cultural” (2013, p.88). Assim, o Movimento Negro estará em sintonia com valores e demandas, de maneiras difusas, presente nos segmentos que pretende expressar.

Nesse sentido, o antirracismo brasileiro produziu, o que o autor denomina como Cultura de Consciência Negra, “um guarda-chuva conceitual abrangendo diferenciadas significações em torno dos referenciais históricos simbólicos e estéticos tido como de matrizes africanas, temperados pela vivência afro-brasileira” (Pereira, 2013, p. 21). Trata-se da elaboração de narrativas de valorização sob referenciais de matrizes africanas angariados das novas condições

internas e externas que se somam a partir dos anos 70, fazendo germinar ao longo dos anos 80 o amadurecimento do Movimento Negro.

Militantes bem informados produziam panfletos e jornais divulgando aquela bibliografia e os processos aos quais ela remetia. Estavam em sintonia com obras completas de Amílcar Cabral, de Agostinho Neto (inclusive textos políticos), de Samora Machel, de Eduardo Mondlane, de livros e textos de Cyril Lionel Robert James, de Richard Wright, de Kwame N’Krumah e outros ‘pais da pátria’ na descolonização africana. Eram preciosidades trazidas de Portugal por conta de articulações com o Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, de alguns amigos viajados, e outras situações, e que alimentavam as discussões do incipiente Movimento Negro, em seu novo impulso, nos meados dos anos 70. (PEREIRA, 2013, p. 264-265).

Em sua tese “*O Mundo Negro*”: *a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil* Amílcar Araújo Pereira (2010) examina aspectos da história do Movimento Negro no Brasil e das trajetórias de algumas de suas principais lideranças, que têm lutado contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra em diversos setores da sociedade brasileira desde a década de 1970. Dando maior ênfase ao processo de construção política, o autor ressalta que sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam pela igualdade, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.

Dos diversos aportes documentais utilizados, Pereira nos deixa altivos vestígios ao discutir como a Imprensa Negra brasileira nos anos 1970 buscava e transmitia informações e referenciais para construções indentitárias entre os militantes e a população mais ampla.

Examinando brevemente o jornal *Sinba*, publicado entre julho de 1977 e dezembro 1980 pela Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), uma das primeiras entidades do Movimento Negro contemporâneo surgida no Rio de Janeiro, ainda em 1974, o autor discorre que ainda em seu primeiro número, o jornal publicou sete matérias tratando sobre as lutas contemporâneas em diferentes países africanos. Tiveram publicações em matéria de capa, intitulada “Depoimento de um líder estudantil de Soweto”, denunciando os horrores do regime do *apartheid* na África do Sul, até matérias sobre as lutas na Namíbia, Rodésia, Moçambique e Nigéria, sobressaindo o valor das lutas e as conquistas alcançadas.

Num outro momento, em um trecho da entrevista com Gilberto Leal, militante do Movimento Negro desde o início da década de 1970, fundador do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro em 1973, em Salvador, e uma das lideranças do MNU na Bahia a partir do ano de

1979, a fala do entrevistado apreende o dado da ditadura e o contexto internacional, onde luta contra o *apartheid* na África do Sul apareceu como um elemento mobilizador:

“Por exemplo: nós contestamos a relação do Brasil com a África do Sul na época do *apartheid* e fizemos um ato do movimento negro na porta de uma empresa de turismo que fazia pacotes turísticos para a África do Sul. Dizíamos que não concordávamos com aquilo, fomos lá, fechamos a empresa, invadimos. Como era ditadura militar, recebemos toda a repressão. Então, “cana” para todo mundo, todos os líderes foram presos. Não me lembro agora exatamente a data, mas isso foi em 1980” (PEREIRA, 2010, p. 169).

Pablo de Rezende Saturnino Braga (2011) no livro *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul* que compreende sua pesquisa de mestrado sobre as temáticas da história da África do Sul e a teoria de relações internacionais apresenta um apêndice que aborda o ativismo *antiapartheid* no Brasil, resultante de pesquisa nos acervos do ComÁfrica, organização não governamental (ONG) dedicada à luta pela igualdade racial no Brasil.

Buscando compreender a forma de inserção da sociedade civil na rede de ativismo transnacional *antiapartheid*, o autor apresenta suas ações para influenciar a posição oficial do Brasil, no sentido da condenação ao regime racista sul-africano.

Do ponto de vista oficial, o Brasil se posicionou contra o *apartheid*, pela primeira vez em 1959, quando a equipe de futebol da Portuguesa Santista realizou uma excursão pelo continente africano, na qual estava previsto um jogo na África do Sul, em que os adversários se negaram a enfrentar os brasileiros negros. O então presidente, Juscelino Kubitschek, ao ser informado, proibiu o time brasileiro de entrar em campo na África do Sul, classificando de inadmissível o episódio e exigindo o retorno imediato dos jogadores e comissão técnica.

O caso de racismo contra a Portuguesa Santista, como narra Braga, teve certa repercussão internacional e a decisão de JK de proibir o jogo foi elogiada na África, na Ásia e no Reino Unido, onde a partir do caso brasileiro, autoridades esportivas exigiram que a Federação Internacional de Futebol - FIFA expulsasse a África do Sul da instituição. O caso também marca a primeira vez que o Brasil se posicionou oficialmente contra o *apartheid*, sendo o primeiro país fora da África a decretar sanções sociais, entretanto, após esse episódio, o posicionamento oficial brasileiro contra o *apartheid* até meados dos anos 1980⁵ não foi além da condenação verbal.

⁵ O autor informa que na conjuntura de abertura democrática, o Brasil impôs sanções estratégicas (proibição da exportação de petróleo e derivados; proibição de venda ou fornecimento de equipamentos militares) e sociais

Braga afirma que a luta social brasileira contra o *apartheid* foi bastante setorizada, sendo o setor civil que mais se pronunciou sobre as relações do Brasil com a África do Sul foi o Movimento Negro, tendo força de expressão também no meio acadêmico, com a realização de palestras e conferências que reuniram a expertise em África no país e organismos não governamentais atuantes na questão racial. “A ação coordenada dos “africanistas” foi potencializada pelo canal institucional da Organização das Nações Unidas (ONU) a partir do Comitê Especial contra o *Apartheid*” (BRAGA, 2011, p. 244).

Os atos mais consistentes do ativismo *antiapartheid* foram iniciados na década de 1970, como por exemplo representantes da ONU no Brasil, o Movimento Negro Unificado - MNU e o Council on African Affairs - CAA criaram o Comitê *Antiapartheid*, efetivando um canal informacional da sociedade civil brasileira com a ONU. Assim, o apoio da ONU às atividades do CAA, somada às ações de setores da sociedade civil especialmente nos campos cultural e esportivo, a articulação do Movimento Negro compatibilizadas às demandas do Congresso Nacional Africano - ANC, potencializaram as sanções estratégicas e sociais promovidas somente em 1985, pelo governo Sarney.

Galgando na bibliografia existente sobre a história da constituição dos movimentos antirracistas no Brasil a partir dos anos 1970, percebemos a presença de lutas de libertação africanas e na Diáspora, em especial a luta contra o regime segregacionista do *apartheid* na África do Sul, constante na gama de referenciais que circulavam e mobilizavam as organizações e militantes antirracistas no país. As evidências aqui explicitadas indicam que tais eventos, sujeitos, ideias e referenciais se cruzavam no “Atlântico Negro”, e seus aspectos refletiram e impactaram as reinvenções de luta protagonizadas pelo Movimento Negro no Brasil contemporâneo.

Considerações Finais

Tratou-se neste trabalho, de pensarmos os processos antirracistas contemporâneos e seus potenciais políticos, apontando como o Movimento Negro brasileiro apreendeu e participou dos movimentos translocais de constituição política e discursiva no embate as heranças do racismo, promovidos pelos povos da diáspora africana.

(proibição de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo) à África do Sul em 1985 – num momento de agravamento da violência entre o governo racista e seus opositores – e condecorou o bispo sul-africano Desmond Tutu, símbolo da resistência racial, em 1987.

Apontamos que a conjuntura nacional, somada à crescente teia de informações sobre as lutas de libertação africanas e as lutas na diáspora, alimentaram as discussões que levaram ao novo impulso do Movimento Negro Brasileiro dos anos 1970 e 1980. Sua atuação em diálogo com intelectuais, organizações e movimentos sociais antirracistas internacionais, em tempo, africanos, latino-americanos e norte-americanos, proporcionou profícuos desdobramentos e ganhos históricos no contexto nacional.

O movimento pelos direitos civis e os Panteras Negras nos Estados Unidos, o pan-africanismo, o movimento da *négritude* – na vertente de língua francesa –, as ideias de pensadores clássicos como Crummel, Du Bois, Blyden e Garvey – na vertente de língua inglesa –, as lutas pela independência dos países Africanos e o pelo fim do regime do *apartheid* na África do Sul representam verdadeiros movimentos e estratégias mobilizadoras e de alianças políticas promovidas por culturas dissidentes na modernidade do Atlântico Negro.

Ao avançarmos teoricamente no sentido de reverter interpretações restrita aos limites geográficos e políticos da nação, a partir da perspectiva da transnacionalização dos estudos dos processos históricos, observamos com outros olhares a consolidação do Movimento Negro como um primordial ator político do Brasil democrático. As vitórias concretas nas últimas três décadas foram possíveis, também por seu alinhamento com discursos, ideias e estratégias anti-hegemônicas construídas e fomentadas no circuito transatlântico que abrange os movimentos antirracistas da América, a Europa e a África.

Referências

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

CARDOSO, Marcos Antônio. **O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Dissertação apresentada ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

DOMINGUÊS, Petrônio José Domingues. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **África (USP)**, Londrina/PR, v. 24-26, p. 193-210, 2002.

FERREIRA, Lígia F. “Negritude”, “Negridade”, “Negricia”: história e sentidos de três conceitos viajantes. **Via Atlântica** nº 9 jun/2006.

FICKER, Sandra Kunz. Mundial, transnacional, global: un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Debáts, mis en ligne le 27 mars 2014.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência**. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 2, 2006.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A história transnacional e a superação da metanarrativa da modernização. **Revista de Teoria da História**, v. 20, p. 219-245, 2018.

HANCHARD, Michael. **Orfeu e Poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo**. Rio de Janeiro, EdUERJ/UCAM-Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. 2 ed. Brasília/Rio: Fundação Cultural Palmares; O.R. Editora, 2002.

NASCIMENTO, Elisa Larkim. **Pan-africanismo na América do Sul**. Petrópolis: Vozes, 1981

SANTOS, Joel Rufino dos. "O movimento negro e a crise brasileira". **Política e Administração**, 2 (2): 287-307. Rio de Janeiro, jul./set, 1985.

PEREIRA, Amílcar Araújo. Black Lives Matter nos currículos? imprensa negra e antirracismo em perspectiva transnacional. **Cad. Pesqui.** vol.49 no.172 São Paulo Apr./June 2019.

_____. **O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Para além do racismo e do antirracismo: a produção de uma cultura de consciência negra na sociedade brasileira**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013.

SANTOS, Ivair Augusto Alves. **O Movimento Negro e o Estado (1983-987): O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo**. Campinas: UNICAMP. 2001. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

TRAPP, Rafael Petry. O antirracismo no Brasil e a Conferência de Durban: identidades transnacionais e a constituição da agenda política do Movimento Negro (1978-2010). **Cadernos do CEOM**, v. 24, p. 235-252, 2012.

Recebido em: 23/03/2020
Aprovado em: 06/08/2020